



**SECRETARIA EXECUTIVA DE GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE
ESCOLA DE GOVERNO EM SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

Dallyane Mikaelle Gondim Matias

PROJETO DE INTERVENÇÃO:

Educação permanente para técnicos de enfermagem sobre a imunização no município de Salgueiro-PE

SERRA TALHADA- 2017

Dallyane Mikaelle Gondim Matias

PROJETO DE INTERVENÇÃO:

Educação permanente para técnicos de enfermagem sobre a imunização no município de Salgueiro-PE

Projeto de Intervenção apresentado ao Curso de Especialização em Saúde Pública, para obtenção do título de Especialista Saúde Pública.

Orientador (a): Ms. Luciana Camelo

SERRA TALHADA- 2017

RESUMO

Introdução: O PNI (Programa Nacional de Imunização) é um programa do Ministério da Saúde que é responsável pelo declínio acelerado da morbimortalidade por doenças imunopreveníveis nas últimas décadas em nosso país, sendo responsável por fornecer apoio técnico, supervisionar e avaliar a execução das atividades de vacinação em todo o território nacional. Diante dessa realidade, fica claro a importância da educação permanente para a equipe de enfermagem, visto a complexidade e quantidade de procedimentos ligados ao trabalho em sala de vacina. **Objetivo:** Promover ações de educação Permanente sobre imunização para técnico de enfermagem do município de Salgueiro-PE. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de intervenção que será realizado no período de janeiro/2018 a abril /2018 no município de Salgueiro-PE, envolvendo as 18 Estratégia Saúde da Família- ESF. A população do estudo será as técnicas responsável pelas salas de vacinas das ESF do município. **Resultados Esperados:** Espera-se promover ações de educação permanente sobre imunização para técnicas de enfermagem do município de Salgueiro-PE, na perspectiva de melhorar a qualidade da atenção assistencial nas salas de vacinas do referido município.

Palavras-chaves: Programa nacional de vacinação, Educação Permanente, equipe de enfermagem.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	04
2. JUSTIFICATIVA.....	07
3. OBJETIVOS.....	08
3.1 Objetivo geral.....	08
3.2 Objetivos específicos.....	08
4.REVISÃO DE LITERATURA.....	09
5 MÉTODOS	11
5.1 Tipo de estudo.....	11
5.2 Período do estudo.....	11
5.3 Área de aplicação da Intervenção	11
5.4 População de Referência	11
5.5 Etapas de desenvolvimento do projeto.....	12
5.6 Coleta de dados.....	12
5.7 Considerações éticas	13
6. RESULTADOS ESPERADOS.....	13
7.DIRETRIZES.....	13
8 VIABILIDADE.....	13
9 CRONOGRAMA.....	15
10 ORÇAMENTO ESTIMADO.....	16
11 FINANCIAMENTO.....	17
REFERÊNCIAS.....	18
Anexo A	20

1 INTRODUÇÃO

O PNI (Programa nacional de imunização) foi criado, em 18 de setembro de 1973, regulamentado pela Lei Federal no 6.259, de 30 de outubro de 1975, e pelo Decreto nº 78.321, de 12 de agosto de 1976, que instituiu o Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica (SNVE). Em 1977, foi publicado o primeiro calendário nacional de vacinação com intuito de assistir todas as pessoas, em todos os recantos do país, sem distinção de qualquer natureza. O programa tem conseguindo através de suas ações ter um avanço na prevenção, controle e eliminações de doenças imunopreveníveis (BRASILIA, 2003).

As ações do PNI são desenvolvidas no Sistema Único de Saúde (SUS), por intermédio de uma rede descentralizada, articulada, hierarquizada e integrada, o que propicia a modernização de sua infraestrutura e operacionalização entre as três esferas de governo.

Nesse sentido a vacinação vem ocupando um lugar de destaque entre os instrumentos de saúde pública utilizados pelo Ministério da saúde, visto que representa uma ação integrada e de rotina de saúde, ligada ao nível de assistência de baixa complexidade. Que tem sido responsável pelo declínio acelerado da morbimortalidade por doenças imunopreveníveis nas últimas décadas em nosso país (MELO; OLIVEIRA; ANDRADE, 2010).

Desta forma a vacinação tem uma importância significativa, uma vez que confere proteção individual e coletiva contra determinadas doenças, reduzindo, a cadeia de transmissão. Porém o sucesso da vacinação não pode levar em consideração apenas o cumprimento da cobertura vacinal, e sim das condições ideais de armazenamento, preparo e administração dessas vacinas. Sendo necessário uma equipe de enfermagem qualificada e responsável para desempenhas tais ações (MARINELLI et al., 2015).

Assim sendo, os serviços de vacinação devem dispor de uma estruturação física adequada e alocação apropriada dos recursos necessários, além de ser imprescindível a execução de um processo de trabalho, embasado em conhecimento técnico científico e que garanta o desempenho de todas as atividades vinculadas ao serviço. Desta forma, a organização dos serviços de vacinação compreendem ações relacionadas à sistematização da assistência de enfermagem, de acordo com as normas estabelecidas pelo Programa Nacional de Imunização (PNI), através da utilização de instrumentos padronizados para a sala de vacinação; a utilização do acolhimento para a promoção do cuidado de

enfermagem e para o estabelecimento de vínculo com os usuários, a fim de garantir o seguimento dos esquemas vacinais, além do uso de tecnologias apropriadas que garantam a segurança do paciente, através da supervisão dos serviços e a capacitação da equipe envolvida (TERTULIANO, 2014).

Segundo Oliveira et al. (2016) A equipe de enfermagem responsável pela sala de vacina nas ESF (Estratégia saúde da família) é formada pelo enfermeiro e pelos técnicos ou auxiliar de enfermagem, que tem como responsabilidade as atividades relacionadas a manuseio, conservação, preparo e administração, monitoramento dos eventos adversos, registro e descarte dos resíduos resultantes das ações de vacinação. O enfermeiro é responsável pela supervisão da sala de vacina e pelo processo de educação permanente da equipe.

O PNI é responsável por fornecer apoio técnico, supervisionar e avaliar a execução das atividades de vacinação em todo o território nacional, buscando manter a qualidade dos imunobiológicos, assim dando apoio a equipe de enfermagem atuante na ESF. Diante dessa realidade, fica claro a importância da educação permanente para a equipe de enfermagem, visto a complexidade e quantidade de procedimentos ligados ao trabalho em sala de vacina.

Nesta direção, a educação permanente é uma ferramenta para a qualidade do cuidado em sala de vacina, pois tem por objetivo mudanças nas práticas de gestão e de atenção, com o aumento da responsabilidade de profissionais e gestores do sistema de saúde. Assim, torna-se necessária a atualização dos profissionais por meio do desenvolvimento de recursos tecnológicos do trabalho, norteados pela noção de aprender a aprender, de trabalhar em equipe e de construir cotidianos como objeto de aprendizagem (OLIVEIRA et al, 2016).

A ESF tem como objetivo promover uma assistência direcionada ao conceito ampliado de saúde que busca a qualidade de vida e não somente a ausência de doenças, assim como tem que manter uma equipe atualizada com foco na qualidade da assistência. Assim sendo faz-se necessário que a educação dos profissionais se dê em caráter permanente a fim de auxiliá-los na tomada de decisões, no cuidado e na assistência prestada ao usuário. Neste contexto, emergiram as seguintes questões norteadoras: Como contribuir para a capacitação dos técnicos de enfermagem em sala de vacina?

Dessa forma, o presente projeto de intervenção tem a finalidade de promover ações de educação permanente sobre imunização, com o objetivo de capacitar os profissionais

técnicos em enfermagem que atuam na Estratégia de Saúde da Família- ESF do município de Salgueiro-PE.

2 JUSTIFICATIVA

A sala de vacina é um local destinado à administração dos imunobiológicos, cujas atividades devem ser desenvolvidas por uma equipe de enfermagem qualificada com responsabilidade e conhecimentos específicos direcionados para as atividades desenvolvidas em sala de vacina.

Estudos realizados no Brasil têm evidenciado a falta de conhecimento dos profissionais de enfermagem em sala de vacina, configurando assim um problema, visto que a prática de vacinação não deseja apenas atingir as metas das campanhas ou de vacinação de rotina, e sim a garantia da proteção contra agravos imunopreveníveis.

Segundo Marinelli et al. (2015) o papel da Enfermagem na sala de vacina é definir as ações que são de sua responsabilidade nesse contexto, contribuindo para o controle e/ou erradicação de agravos evitáveis por imunizantes com execução correta de toda a política no que diz respeito à conservação dos imunobiológicos, correta administração e preparo da vacina, conduta frente aos efeitos adversos, preenchimento correto dos impressos e educação continuada para profissionais.

Nesse sentido o estudo justifica-se em razão do município de Salgueiro-PE, estar passando por uma mudança do seu quadro de funcionários em sala de vacina, torna-se assim necessário uma qualificação desses profissionais.

Espera-se, que esse projeto de intervenção possa contribuir para a socialização do conhecimento e das práticas e, desta forma, gestores e servidores possam redirecionar o planejamento das ações em busca de serviços de imunização que funcionem dentro das normas estabelecidas pelo PNI para a efetivação da imunização, redução de doenças imunopreveníveis e melhor qualidade assistencial. Acredita-se, ainda, no despertar dos profissionais sobre a execução desta prática, que requer responsabilidade e conhecimento científico, considerando a dinamicidade que envolve a ciência, quando se trata de salas de vacina e imunobiológicos.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Promover ações de educação Permanente sobre imunização para técnico de enfermagem do município de Salgueiro-PE

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Construir as oficinas em conjunto com a coordenação do PNI municipal; envolvendo no processo de construção das oficinas um técnico de enfermagem representante de todos os profissionais;

Realizar oficinas sobre imunização com os profissionais de saúde responsável pelas salas de vacina do município;

Monitorar a realização das oficinas de educação permanente;

Verificar os aspectos positivos e negativos na realização das oficinas;

4.REVISÃO DE LITERATURA

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) se formulou em 1973, regulamentado pela Lei Federal no 6.259, de 30 de outubro de 1975, e pelo Decreto nº 78.321, de 12 de agosto de 1976, tem como missão coordenar as ações de imunização no país, antes organizadas em programas de controle de doenças. Em 1977, foi publicado, pela Portaria nº 452/77, o primeiro calendário nacional de vacinação, normatizando a vacinação da população infantil (DOMINGUES; TEXEIRA, 2013).

A criação do PNI possibilitou o fortalecimento do papel do Ministério da Saúde na organização e coordenação das ações de vacinação que já eram realizadas há várias décadas e haviam sido responsáveis pela erradicação da varíola, cujo último caso registrado no Brasil foi em abril de 1971. No final dos anos 1980 com a criação do sistema único de saúde (SUS) a contribuição do PNI se tornou mais relevante uma vez que deu início ao movimento de descentralização, colocando os municípios como executores primários das ações de saúde (SILVA JÚNIOR, 2013).

Nesse cenário, o PNI tem garantido a oferta de vacinas seguras e eficazes para todos os grupos populacionais que são alvo de ações de imunização, como crianças, adolescentes, adultos, gestantes, idosos e indígenas, tornando evidente que a vacina é o único meio para interromper a cadeia de transmissão de algumas doenças imunopreveníveis. Nesse sentido o controle das doenças só será obtido se as coberturas alcançarem índices homogêneos para todos os subgrupos da população e em níveis considerados suficientes para reduzir a morbimortalidade por essas doenças (BRASILIA, 2003).

Assim sendo o estudo das coberturas vacinais possibilita investigar a concretização e efetividade de políticas públicas e a prevenção de doenças transmissíveis. Essa ação propiciar a detecção da vulnerabilidade imunológica da população, além de identificar as potencialidades e fragilidades no processo de vacinação (NORA et al., 2016).

Entre os produtos biológicos as vacinas estão entre os mais seguros, sendo comprovada sua eficácia, baixo custo, grande impacto nas condições de saúde de uma comunidade e disponíveis para toda a população do grupo alvo dos programas de imunização. No entanto, é preciso que a atividade de vacinação seja cercada de cuidados,

adotando-se procedimentos adequados antes, durante e após a administração desses produtos na população (DEUS et al., 2016).

Nota-se pelo exposto acima que para atuação em sala de vacina a equipe de enfermagem possui um importante papel, em todas as suas ações de gerenciamento, supervisão e execução. Devendo as atividades serem desenvolvidas por uma equipe de enfermagem treinada para o manuseio, conservação e administração dos imunobiológicos. Essa equipe deve ser composta, preferencialmente, por um ou dois técnicos/auxiliares de enfermagem, contando com a participação de um enfermeiro, responsável pela supervisão e treinamento em serviço. (QUEIROZ et al., 2009).

Tendo em vista a complexidade e a quantidade de procedimentos ligados ao trabalho realizado em sala de vacina, levando em consideração que é uma assistência direcionada para prevenção de doenças, sendo necessária uma equipe atualizada e com foco na qualidade da assistência. Para tanto é indispensável que a educação dos profissionais se dê em caráter permanente a fim de auxiliá-los na tomada de decisões, no cuidado e na assistência prestada ao usuário. (ASSAD; CORVINO, 2015)

Nesta direção, propõe-se a utilização da educação permanente em saúde como ferramenta para qualidade do cuidado dispensado nas salas de vacinas, para que os profissionais possam enfrentar tal realidade através de uma atuação crítica, reflexiva, propositiva, compromissada e tecnicamente competente (OLIVEIRA et al., 2015).

Segundo Weigelt (2015) A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), publicada através da Portaria nº 198/ GM/MS de 2004, prioriza a aprendizagem no trabalho, uma vez que possibilita a construção de um processo educativo com os trabalhadores desenvolvido a partir dos problemas e necessidades detectadas em seu contexto laboral.

Assim, a educação permanente em saúde é uma estratégia que vai além do pensamento tradicional (agente-corpo-hospedeiro), ainda presente na prática dos serviços de saúde, para promover a reflexão das condições materiais de vida e seus laços fecundos na saúde. Nessa abrangência a educação permanente é uma estratégia político pedagógica e parte do pressuposto da aprendizagem significativa, a aprendizagem que produz sentido para o sujeito (SARRETA, 2009).

5.MÉTODOS

5.1 Tipo de estudo

Trata-se de um projeto de intervenção, a pesquisa-intervenção busca revelar o não-dito, ou a face oculta das instituições, revelar as causas de repressão por meio de análises deste desconhecido, questionando o “sentido” da ação em ato (FORTUNA et al., 2016) .

5.2 Período de estudo

Será realizado no período de janeiro de 2018 a abril de 2018

5.3 Área de aplicação da Intervenção

O estudo será realizado no município de Salgueiro-PE, localizado na VI regional de saúde do estado de Pernambuco. Segundo dados do IBGE (2010), o município tem 56.629 habitantes e densidade demográfica de 33,57 Hab/km². O município possui 18 Unidades Básicas de Saúde, 01 Núcleos de Apoio a Saúde da Família- NASF modalidade 1. Serão realizadas com as dezoito equipes de estratégias de saúde da família do município.

5.4 População de Referência

As dezoito técnicas de enfermagem responsável pela sala de vacina do município de Salgueiro-PE;

5.5 Etapas de desenvolvimento do projeto

Etapa 01 – Aprovação do projeto

Agendar um encontro com os gestores da vigilância em saúde, da secretaria municipal de saúde de Salgueiro-PE para apresentação do projeto, com o objetivo de análise e aprovação do mesmo.

Etapa 02 - Intervenção do estudo

Etapas	Intervenção	Metas	Responsável
--------	-------------	-------	-------------

1	<p>a. Realizar encontro com as gerentes das ESF, para aprovação de reunião com as técnicas responsável pela sala de vacina;</p> <p>b. Definir local e horário para realização das reuniões, para que não haja nenhum prejuízo no atendimento das mesmas nas ESF.</p>	100% dos enfermeiros das ESF	Coordenadora do PNI municipal e diretora da vigilância em saúde
2	<p>Realizar 03 oficinas consecutivas para 06 ESF de 04 horas de duração cada, sendo dividida em 03 ocasiões:</p> <p>1º apresentação do projeto enfatizando o objetivo e proposta do mesmo.</p> <p>2º roda de conversa e fala livre, sobre principais dificuldades em sala de vacina</p> <p>Intervalo de 20 minutos</p> <p>3º Apresentação geral sobre a imunização e desenvolvimentos de atividades em sala de vacina.</p>	100 % das técnicas de enfermagem	Coordenadora do PNI municipal e diretora da vigilância em saúde
3	Realização do monitoramento e avaliação.	18 ESF por encontro	Coordenadora do PNI
			municipal e diretora da vigilância em saúde

Etapa 4 – Elaboração e apresentação do Relatório Conclusivo: Descrever resultados das oficinas em um relatório a ser apresentado aos gestores da vigilância em saúde da secretária de saúde de Salgueiro-PE.

Etapa 5 - Realizar oficinas anualmente com as técnicas de enfermagem, das ESF de Salgueiro-PE.

5.6 COLETA DE DADOS

A coleta de dados será realizada através da análise documental, baseada no levantamento bibliográfico, e ao final das oficinas será realizada um questionário, por

meio de entrevista face a face, com as técnicas de enfermagem do município para obtenção de dados a fim de monitorar e avaliar a implantação das intervenções do presente estudo.

5.7 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Os técnicos de enfermagem que participarão do projeto serão esclarecidos sobre objetivos e metas e sobre o que tratar o projeto de intervenção e que não receberão nenhuma remuneração pela participação neste projeto. Será solicitada autorização através da declaração de anuência a Secretaria de Saúde do Município de Salgueiro – PE.

6 RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se promover ações de educação permanente sobre imunização para técnicas de enfermagem do município de Salgueiro-PE, na perspectiva de melhorar a qualidade da atenção assistencial nas salas de vacinas do referido município.

7.DIRETRIZES

Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação, Ministério da Saúde, 2014.

Manual de rede de frio do programa nacional de imunizações, Ministério da Saúde, 2013

8 VIABILIDADE

O projeto de intervenção será viável, considerando que a equipe de saúde e os gestores estarão motivados e envolvidos e que não haverá custos operacionais elevados.

Este projeto de intervenção irá promover melhora na qualidade de vida da população em geral, quanto aos profissionais e gestores do setor Saúde, poderá contribuir para fornecer importantes parâmetros para sensibilização dos profissionais e gestores, elaboração de diagnóstico local, formulação de políticas públicas adequadas e programas de formação continuada dos profissionais.

9. CRONOGRAMA

Cronograma de Atividades:

Atividades	Previsão	
	Início	Término
Apresentação do Projeto de Intervenção aos Gestores da secretária de saúde	Janeiro/2018	janeiro/2018
Apresentação do projeto para os profissionais responsável pelas ESF	janeiro/2018	Janeiro/2018
Realizar oficina com as técnicas de enfermagem	Março/2018	Março/2018
Elaboração e apresentação do Relatório Conclusivo	Abril/2018	Abril/2018

10. ORÇAMENTO ESTIMADO

Material	Quantidade	Valor Unitário	Total
Impressão	400 páginas	R\$ 0,15	R\$ 60,00
Resmas de papel	1	R\$ 15,00	R\$ 15,00
Pasta	18	2,00	R\$ 36,00
Caneta	18	1,00	R\$ 18,00
Total Final	R\$ 129,00		

11. FINANCIAMENTO

O projeto de intervenção apresenta baixo custo, visto que o principal objetivo é capacitar os técnicos de enfermagem responsável pelas salas de vacinas sobre a imunização. Será custeado pela secretaria de saúde municipal de Salgueiro –PE.

REFERÊNCIAS

- ASSAD,S.GB.; CORVINO,M.P.F. Educação permanente em saúde e atividades de vacinação: revisão integrativa. **Rev enferm UFPE online.**, Recife, 11(Supl. 1):410-21, jan., 2017
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Manual de rede de frio / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. – 4. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Livro Programa nacional de imunização 30 anos, Brasília: Ministério da Saúde, 2003
- DEUS, S.R.M.; MARQUES, A.D.B.; TEXEIRA, J.C.L.; DEUS, P.R.M.; MORAES, M.E.A.;MACÊDO, D.S. Estudo dos procedimentos quanto à conservação das vacinas do programa nacional de imunização . **Rev enferm UFPE online.**, Recife, 10(3):103846, mar., 2016.
- DOMINGUES, C.M.A.; TEIXEIRA, A.M.S. Coberturas vacinais e doenças imunopreveníveis no Brasil no período 1982-2012: avanços e desafios do Programa Nacional de Imunizações. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, 22(1):9-27, Jan-mar 2013
- FORTUNA, C.M.; MESQUITA, L.P.; MATUMOTO, S.; MONCEAU, G. A análise de implicação de pesquisadores em uma pesquisa-intervenção na Rede Cegonha: ferramenta da análise institucional. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 32(9): e00117615, set, 2016.
- JUNIOR, J.B.S. 40 anos do Programa Nacional de Imunizações: uma conquista da Saúde Pública brasileira. **Epidemiologia. Serv. Saúde** v.22 n.1 Brasília mar. 2013
- MARINELLI, N.P.; CARVALHO K.M.; ARAÚJO, T.M.E. Conhecimento dos profissionais de enfermagem em sala de vacina: análise da produção científica. **Revista Univap**. São José dos Campos-SP-Brasil, v. 21, n. 38, dez.2015. ISSN 2237-1753.
- MELO, G.K.M.; OLIVEIRA, J.V.; ANDRADE, M.S. Aspectos relacionados conservação de vacinas nas unidades básicas de saúde da cidade do Recife – Pernambuco. **Epidemiologia. Serv. Saúde**, Brasília, 19(1):25-32, Jan/mar. 2010.
- OLIVEIRA, V.C.; RENNÓ, H.M.S.; SANTOS, Y.R. Educação para o trabalho em sala de vacina: percepção dos profissionais de enfermagem. **R. Enferm. Cent. O. Min.** 2016 set/dez; 6(3):2331-2341 DOI: 10.19175/recom.6i3.1180

PORTO, M.Y.; Uma revolta popular contra a vacinação. **Ciências. Cultura**. Vol.55 no.1 São Paulo jan. /Mar 2003.

QUEIROZ, S.A.; MOURA, E.R.; NOGUEIRA, P.F.; OLIVEIRA, N.C.; PEREIRA, M.M. atuação da equipe de enfermagem na sala de vacinação e suas condições de funcionamento. **Rev. Rene. Fortaleza**, v. 10, n. 4, p. 126-135, Out./Dez.2009:126.

SARRETA, Fernanda de Oliveira. **Educação permanente em saúde para os trabalhadores do SUS**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

TERTULIANO, G.C. Repensando a Prática de Enfermagem na Sala de Vacinação, in: da VIII mostra científica do CESUCA ISSN – 2317-5915, Cachoeirinha – RS, 2014.

WEIGELT, D.; WEIGELT, L.D.; REZENDE, M.S.; SCHILLING, A.Z.; KRUG, S.B.F.; A comunicação, a educação no processo de trabalho e o cuidado na rede pública de saúde do rio grande do sul: cenários e desafios. **RECIIS – Rev Eletron de Comun Inf Inov Saúde**. 2015 jul.-set.; 9(3).

ANEXO

ANEXO I



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGUEIRO
Secretaria Municipal de Saúde

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

Declaro para os devidos fins autorizar a construção do projeto de intervenção intitulado Educação permanente para técnicos de enfermagem sobre a imunização no município de Salgueiro-PE realizado por DALLYANE MIKAELLE GONDIM MATIAS, sob a orientação da profa. Msc. LUCIANA CAMELO, à ser apresentado como critério para conclusão do curso de Especialização em Saúde Pública, da Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco (ESPPE). E afirmo que esta instituição tem condições de apoiar a construção do referido trabalho.

Sendo assim autorizo sua execução, desde que os envolvidos/ as comprometam-se a utilizar os dados coletados e as informações provenientes da intervenção exclusivamente para construção do Projeto de Intervenção.

Salgueiro, 09 de Outubro de 2017

Felype Ferreira Sampaio
Secretário de Saúde

